

INSTRUÇÕES

1. ESTE CADERNO DE PROVAS CONTÉM **10 (DEZ)** QUESTÕES OBJETIVAS E **2 (DUAS)** QUESTÕES **DISSERTATIVAS**;

2. NA HIPÓTESE DE O CADERNO ESTAR INCOMPLETO OU COM QUALQUER DEFEITO FORMAL, O(A) CANDIDATO(A) DEVERÁ SOLICITAR IMEDIATAMENTE AO FISCAL MAIS PRÓXIMO QUE O SUBSTITUA. **NÃO** SERÃO DEFERIDOS RECURSOS BASEADOS EM DEFEITOS FORMAIS DO CADERNO DE PROVA;

3. SE O(A) CANDIDATO(A) CONSIDERAR QUE DETERMINADA QUESTÃO APRESENTA QUALQUER DEFEITO DE CONTEÚDO, DEVERÁ DELA RECORRER NO PRAZO PREVISTO PARA TANTO. **NÃO** SERÁ PRESTADO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, ESCLARECIMENTO ALGUM RELATIVAMENTE A DEFEITOS DESSA NATUREZA OU QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS COMANDOS E DOS ITENS DAS QUESTÕES;

4. É VEDADA QUALQUER ESPÉCIE DE CONSULTA, BEM COMO A COMUNICAÇÃO COM QUALQUER PESSOA QUE NÃO OS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ATUANDO NA APLICAÇÃO DA PROVA;

5. CASO O CANDIDATO TRAGA CONSIGO ALGUM APARELHO ELETRÔNICO, ESTE **DEVERÁ** PERMANECER **DESLIGADO** E GUARDADO CONSIGO;

6. **NÃO** SERÁ PERMITIDO O USO DE RELÓGIOS DIGITAIS E *SMARTWATCHES*;

7. A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3 HORAS** IMPRORROGÁVEIS, INCLUÍDO O TEMPO PARA PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS. AO FINAL DESSE TEMPO, O(A) CANDIDATO(A) QUE **NÃO** ENTREGAR IMEDIATAMENTE O CADERNO DE PROVAS SERÁ CONSIDERADO DESISTENTE DA SELEÇÃO; O CANDIDATO **SOMENTE** PODERÁ SE AUSENTAR DO LOCAL DE PROVA **APÓS UMA HORA**, CONTADA DO EFETIVO INÍCIO DA PROVA;

8. CADA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA APRESENTA **QUATRO** ALTERNATIVAS (A, B, C, D);

9. **MUITO IMPORTANTE**: COMPETE UNICAMENTE AO(À) CANDIDATO(A), SOB SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, PREENCHER O ESPAÇO DESTINADO ÀS RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA NO CARTÃO-RESPOSTA, QUE SERÁ O ÚNICO DOCUMENTO CONSIDERADO PARA CORREÇÃO. SERÃO CONSIDERADAS INCORRETAS MARCAÇÕES DUPLAS, RASURADAS OU EMENDADAS. **NÃO** HAVERÁ, EM HIPÓTESE ALGUMA, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS EM RAZÃO DE ERRO DO(A) CANDIDATO(A);

10. NO CARTÃO DE RESPOSTAS, AS QUESTÕES ESTÃO REPRESENTADAS PELOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS. PREENCHA, TOTALMENTE, COM CANETA ESFEROGRÁFICA (TINTA AZUL OU PRETA) TODA A ÁREA CORRESPONDENTE À OPÇÃO DE SUA ESCOLHA, SEM ULTRAPASSAR AS BORDAS; BEM COMO LEMBRAR DE **ASSINAR** O CARTÃO DE RESPOSTAS;

11. O CANDIDATO RECEBERÁ DUAS FOLHAS RESPOSTAS, UMA PARA CADA QUESTÃO DISSERTATIVA, QUE DEVERÃO SER ENUMERADAS PELO CANDIDATO. AO PREENCHER AS FOLHAS RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS O CANDIDATO DEVERÁ RESTRINGIR-SE AO LIMITE DE LINHAS DA FOLHA.

A INOBSERVÂNCIA DE QUALQUER UMA DESSAS INSTRUÇÕES OU DAS CONTIDAS NO EDITAL PODERÁ ACARRETER A EXCLUSÃO DO(A) CANDIDATO(A) DA SELEÇÃO.

ID

NOME COMPLETO

CADERNO DE PROVAS

QUESTÕES OBJETIVAS

1) De acordo com a Súmula Vinculante nº 24, os crimes materiais contra a ordem tributária (artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990) se consumam:

- a) Com a subsunção da conduta à norma incriminadora.
- b) Após a abertura de processo administrativo pela autoridade administrativa.
- c) No momento em que se constatar a participação de funcionário público.
- d) Quando houver a constituição definitiva do crédito tributário.

2) Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta:

- a) O referido acordo pode ser oferecido pelo juiz, no curso do processo penal, salvo se verificado, pelo magistrado, que se trata de hipótese de arquivamento por ausência de justa causa.
- b) Trata-se de acordo celebrado entre o Ministério Público e o investigado, firmado, via de regra, antes do início da ação penal, e está intrinsecamente conectado ao movimento chamado Justiça Penal Consensual.
- c) Após homologado pelo Juízo, será registrado na certidão de antecedentes criminais do indivíduo e devolvido ao Ministério Público, a fim de que o *Parquet* dê início à execução.
- d) Pode ser proposto em alternativa à transação penal.

3) Com relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), alterada pela Lei nº 14.230/2021, e as decisões do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nsº 7042/DF e 7043/DF:

- a) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, todavia apenas da administração direta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- b) O Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas possuem legitimidade ativa concorrente e disjuntiva para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) Na ação de improbidade administrativa, não é possível requerer tutelas provisórias.

d) A sentença proferida na ação de improbidade administrativa não necessita indicar de modo preciso os fundamentos que demonstram os elementos das condutas tipificadas como atos de improbidade administrativa.

4) Acerca do mandado de segurança individual ou coletivo, marque a proposição correta:

a) A intervenção ministerial no mandado de segurança, com emissão de parecer sobre o mérito da demanda, é obrigatória, sob pena de nulidade.

b) Os efeitos do mandado de segurança coletivo não beneficiam o impetrante individual se não requerer a suspensão do mandado de segurança individual em 30 dias.

c) Não se concederá mandado de segurança contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

d) A Defensoria Pública, de acordo com a Lei nº 12.016/2009, é legitimada para impetrar mandado de segurança coletivo.

5) A saúde constitui direito social assegurado constitucionalmente. Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência dominante acerca da temática, assinale a alternativa correta:

a) A União necessariamente deverá integrar o polo passivo de ação judicial para custeio de tratamento médico a pessoa hipossuficiente.

b) O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, sendo responsabilidade solidária dos entes federados, podendo figurar no polo passivo qualquer um deles em conjunto ou isoladamente.

c) O Ministério Público somente tem legitimidade para propositura coletiva de tratamento médico. Não possui, em nenhuma circunstância, legitimidade para ajuizamento de ação individual para provimento de medicamento, pois tal situação importaria em usurpação da competência da Defensoria Pública ou da advocacia privada.

d) Compete privativamente à União legislar sobre defesa da saúde, não sendo possível aos demais entes editarem atos normativos a respeito desse assunto.

6) Mévio, engenheiro civil contratado temporariamente pelo Município de Ibimirim, consciente e voluntariamente, falsificou boletins de medição destinados a apurar valores devidos a empresa contratada pelo município,

visto que informou a execução de serviços de pavimentação granítica em ruas do município, os quais não foram de fato executados. Com esta ação, Mévio concorreu para a subtração do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em proveito da empresa contratada, a qual recebeu por serviços que não executou. Neste caso, Mévio cometeu o crime de:

- a) Furto.
- b) Estelionato.
- c) Corrupção.
- d) Peculato.

7) Sobre as normas fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

8) Sobre o inquérito policial, julgue os itens a seguir:

- I – Caberá à autoridade policial determinar o arquivamento dos autos do inquérito policial.
- II – Durante a tramitação do inquérito policial, o Ministério Público poderá requerer diligências complementares.
- III – O inquérito policial poderá ser dispensado nos casos em que a notícia-crime oferecer elementos suficientes para promover a ação.
- IV – Caso arquivado o inquérito policial por falta de provas para oferecer a denúncia, a autoridade policial não poderá reabrir a investigação, caso tenha notícia de prova nova.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II e III.
- d) I e IV.

9) Conforme as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete ao Ministério Público:

- a) A orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- b) A representação da Fazenda Pública, judicial e extrajudicialmente, bem como a consultoria e o assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- c) A defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) O exercício da atividade jurisdicional, fundamentando todas as decisões, sob pena de nulidade.

10) Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os elementos passíveis de serem valorados pela Administração, segundo critérios de conveniência e oportunidade, são o motivo e a finalidade do ato administrativo.
- b) Em regra, os atos administrativos discricionários contêm elementos vinculados, quais sejam, a finalidade, a forma e a competência.
- c) A presunção de legitimidade e de veracidade, a autoexecutoriedade e a exigibilidade são atributos do ato administrativo.
- d) Os atos administrativos discricionários podem ser objeto de controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO SUBJETIVA

1. No dia 05/01/2023, por volta das 23h, JOSÉ FERREIRA DA SILVA e JOAQUIM DOS SANTOS foram presos em flagrante, após terem arrombado a Agência dos Correios (ECT) de Rio Feliz e tentarem subtrair bens móveis que se encontravam no local. Apesar de atestada a primariedade de JOSÉ FERREIRA DA SILVA, foi encontrado registro de antecedentes criminais em relação a JOAQUIM DOS SANTOS, o qual é réu em Ação Penal, por roubo majorado, em trâmite perante a Justiça Comum Estadual.

Encerradas as investigações, a Polícia Federal remeteu ao Ministério Público Federal o Inquérito Policial relatado, indiciando JOSÉ FERREIRA DA SILVA e JOAQUIM DOS SANTOS.

Com base na legislação, na jurisprudência e doutrina pátrias, responda:

a) Após identificar o crime praticado, aponte de forma fundamentada quais são as alternativas legais razoavelmente cabíveis para o procurador da República tratar desse inquérito policial e como ele deve proceder, considerando que a pena mínima abstrata do referido delito é de 2 anos, as recentes alterações na legislação penal e os institutos despenalizadores cabíveis.

b) Na hipótese de JOSÉ FERREIRA DA SILVA e JOAQUIM DOS SANTOS não terem sido presos em flagrante e, após o encerramento das investigações, a autoria do crime não ter sido descoberta, qual medida o procurador da República deve promover, considerando que não se vislumbram novas diligências úteis a realizar além das que já foram empreendidas?

QUESTÃO SUBJETIVA

2. Em 2/2/2022 foi contratada a empresa FUSQUINHA LOCAÇÕES LTDA., para a realização de transporte escolar dos alunos do município da cidade de Abobrinhas. Após investigação realizada pelo Tribunal de Contas, constatou-se que a empresa recebeu do Município valores por rotas não trafegadas, causando, portanto, prejuízo ao Erário no valor de R\$ 50 mil reais. O último pagamento foi realizado em 25/11/2022 e o ordenador de despesas foi o prefeito do Município, o senhor FULANO DE TAL.

Desta feita, em 25/3/2023 foi proposta Ação de Improbidade Administrativa contra FULANO DE TAL, visto que, segundo a petição do MPF, entre fevereiro e novembro de 2022, FULANO liberou verba pública sem a observância das normas pertinentes, visto que pagou à empresa FUSQUINHA LOCAÇÕES LTDA., valores por rotas não trafegadas, cometendo, portanto, ato de improbidade administrativa previsto no art. 10, IX da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade administrativa).

No curso da instrução, verificou-se que FULANO agiu de forma negligente com o Erário público visto que, por erro de cálculo da contadoria do município, determinou o pagamento a maior para empresa sem que esta efetivamente tivesse prestado os serviços para determinadas rotas.

Ao final da instrução processual, FULANO DE TAL foi condenado às penas do art. 12, II da Lei n. 8.429/1992.

Diante das informações apresentadas no enunciado e, segundo as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, responda as seguintes questões:

a) Em qual data ocorrerá a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação ao ato de improbidade cometido por FULANO DE TAL?

b) Segundo a Lei de improbidade administrativa, a conduta negligente de FULANO, que não conferiu os cálculos da contadoria do município, seria suficiente para ensejar a sua condenação por ato de improbidade administrativa? Justifique.

c) O art. 11 da Lei de Improbidade administrativa trata da violação aos princípios da honestidade, da imparcialidade e da legalidade, os quais devem ser observados por todos os gestores públicos. Discorra brevemente sobre tais princípios.